



AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS

2022

Assunto: Avaliação de Controles Internos no Exercício 2021.

A Auditoria Interna do IFES (AUDIN), cumprindo o disposto no art. 15, § 6º do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, do Regimento da Auditoria Interna do IFES apresenta o parecer sobre a Prestação de Contas Anual do Ifes, correspondente ao exercício de 2021. Importa citar que este parecer atende os requisitos propostos no art 15 e ss da Instrução Normativa CGU nº 05 de 2021.

1. Escopo do trabalho:

O escopo deste parecer reflete a síntese da opinião da Auditoria Interna sobre:

- I** - a aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria;
- II** - a conformidade legal dos atos administrativos;
- III** - o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras;
- IV** - o atingimento dos objetivos operacionais.

2. A aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria.

A divulgação dos dados referente às prestações de contas do Ifes ficam disponibilizadas no link: <https://www.ifes.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

A Audin realizou uma ação específica para tratar da transparência ativa e passiva, onde foi verificado se as informações de interesse público e/ou obrigatórias estão sendo inseridas e atualizadas nas páginas institucionais e nos sistemas de forma integrada a fim de promover a transparência e a visibilidade das ações institucionais.

Ao analisar o resultado individual do Ifes e suas referências nos indicadores do TCU/IGG, definido como índice integrado de governança e gestão, verificamos que no indicador que trata sobre “Capacidade em Controle” no tocante ao item “promover a transparência” o Ifes está em nível

intermediário e em relação ao item “garantir a *accountability*” o Ifes está no nível intermediário para o aprimorado.

O Ifes também possui o Plano de Dados Abertos (PDA) elaborado por uma Comissão designada pela Portaria do Reitor no 2226, de 25 de setembro de 2019, e aprovado pela Resolução do Conselho Superior no 22/2020, em 14 de Julho de 2020, que recebeu avaliação de auditoria resultando no relatório de auditoria nº 03/2020, disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.ifes.edu.br/auditorias?start=5>.

Quanto às informações sobre os processos de auditorias anuais de contas, constatamos que existe a publicação da prestação de contas, porém a mesma está desatualizada, constando informações até o ano/exercício de 2013. Em relação aos Certificados de Auditoria, verificamos que consta no corpo dos relatórios anuais de contas, vez que tais certificados são emitidos pelo órgão de controle após a realização da Auditoria Anual de Contas.

Ao avaliar o site do TCU, onde constam todos os anos em que houve prestação de contas, verificamos que houve prestação de contas em 2018 e 2019, conforme imagem abaixo.

2018	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia De Sergipe	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N		
2018	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Acre	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N		
2018	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amapá	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N		
2018	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amazonas	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N		
2018	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Ceará	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N		
2018	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Espírito Santo	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N		
2018	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Maranhão	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui S		
2018	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Mato Grosso Do Sul	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N		
2019	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amapá	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N	CONTA_PRESTADA	Executivo
2019	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amazonas	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N	CONTA_PRESTADA	Executivo
2019	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Ceará	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N	CONTA_PRESTADA	Executivo
2019	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Espírito Santo	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N	CONTA_PRESTADA	Executivo
2019	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Maranhão	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N	CONTA_PRESTADA	Executivo
2019	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Mato Grosso Do	Autarquia Instituto F	Ministério Controlad	SecexEdui N	CONTA_PRESTADA	Executivo

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/prestacao-de-contas.htm>, acesso em 24/11/2021.

3. A conformidade legal dos atos administrativos.

Durante a execução dos trabalhos de auditorias que foram planejados baseadas em levantamento de riscos a equipe entendeu sempre como relevante se nortear pelos objetivos e estratégias da instituição, buscando nos documentos institucionais como PDI, Relatório de gestão, prestação de contas assim como avaliações advindas do IGov do TCU a fim de buscar auxiliar na consecução dos objetivos institucionais. Esse paradigma adveio também dos cursos realizados pela equipe, reuniões de busca de soluções em conjunto bem como a reavaliação do PPP e as recomendações exaradas no exercício anterior. A resolução das denúncias também impactaram positivamente nos planejamentos uma vez que também contribuem para ter uma visão “panorâmica” da instituição como também buscar melhorias através das reclamações e denúncias recebidas e tratadas.

Na primeira ação de auditoria (01/2021) denominada Ações Afirmativas, pode-se citar como fatos relevantes as reuniões com a Alta Gestão, com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação e com membros da CPVA (Comissão Permanente de Verificação da Auto Declaração) acerca da possibilidade de ampliação da reserva de vaga para outras modalidades de cotas na pós graduação, desde que haja estudo, evidências e justificativas objetivas que sustentem tal inclusão na política de cotas do Instituto, bem como a proporcionalidade no número de vagas oferecidas para cada modalidade.

No trabalho que tratou da relação Ifes e Facto (Ação 02/2021), que teve como base legal o acórdão TCU nº1.178/2018 que determinou o acompanhamento por 5 anos pela Auditoria Interna dos pontos abordados no acórdão, identificamos que houve o atendimento de várias recomendações em relação ao ano de 2020, muito embora existam ainda vários pontos a serem atendidos. Contudo, em relação às informações atinentes à transparência que deveriam estar contidas no site do Ifes, não observamos que houve um avanço em relação ao atendimento dos itens.

Em relação à Ação 03/2021 acerca do Dimensionamento de Pessoal no âmbito do Ifes, alguns dos fatos relevantes foram o conhecimento/análise de indicadores importantes que impactam na área fim e que podem direcionar algumas ações na instituição. Também é importante pontuar os levantamentos realizados com o fim de comparar a relação entre alunos, professores e servidores proporcionando um diagnóstico robusto não só para auditoria conhecer melhor a força de trabalho dos campi como também direcionar a gestão nas suas decisões.

O trabalho referente à ação de transparência ativa e passiva possibilitou conhecer amplamente o site da instituição bem como comparar e verificar se há padrões nos sites não só de outras instituições como de outros campi em relação ao site institucional. Também foi possível fazer reflexões acerca das informações do ponto de vista dos usuários externos, assim como a importância da transparência para o fortalecimento e consolidação da instituição.

Mediante a experiência profissional adquirida por meio da execução das ações acima citadas, concluímos que existe confiabilidade legal nos atos expedidos pela atual gestão. Existe, porém, um canal de ampla comunicação gestão/auditoria interna, para buscar soluções quanto aos atos que merecem reforma. Não que exista uma necessidade de cumprimento de todas as recomendações de auditoria, respeita-se a posição da gestão quando as recomendações de auditoria são contestadas, no entanto observou-se, tanto nos campi quanto na reitoria, o impulso necessário para corrigir grande parte dos indícios de não conformidade.

4. O processo de elaboração das informações contábeis e financeiras.

As informações contábeis são elaboradas através do Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MACSP), relativas ao exercício, neste caso 2021 e refletem nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

O Ifes apresenta a cada três meses as Notas Explicativas com os resultados apurados de cada trimestre e publicamos no site do Ifes.

Notas Explicativas

1.1. Ativo Circulante

Os ativos compreendem as disponibilidades imediatas e os direitos a receber a curto prazo.

Tabela 1- Ativo Circulante

R\$

COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE	09/2021	014/2020	AH%	AV% 09/2021
Total do Ativo Circulante	52.980.599,47	71.507.136,10	-25,91	100,00%
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.325.685,03	57.886.946,76	-33,79	72,34
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	10.734.336,70	10.317.284,72	4,00	20,27
Estoques	3.916.724,37	3.298.662,10	18,74	7,39
VPDs Pagas Antecipadamente	3.853,37	4.242,52	-9,17	

Siafi 2020/2021

O item de maior relevância no Ativo Circulante corresponde a “Caixa e Equivalentes de Caixa”, no valor de R\$ 52,9 milhões, impactando em 72,34% do total de ativo circulante. Esse valor se refere há não compensação da conta contábil Limite de Saque c/Vinculada Pagamento - Ordem de Pagamento (valor da provisão da folha de pagamento e ordem bancária de custeios e emendas).

Demais créditos e valores a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos e valores a compensar, férias e adiantamentos de décimos terceiros.

Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, e, o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

VPDs pagas antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

1.2. Ativo Não Circulante

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após nove meses.

Tabela 2- Ativo Não Circulante

COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	09/2021	014/2020	AH%	AV% 09/2021
Total do Ativo Não Circulante	886.507.834,05	816.667.081,60	8,55	100%
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.826,63	3.938,32	-2,84	
Créditos a Longo Prazo	3.826,63	3.826,63		
VPDs Pagas Antecipadamente		111,69		
Imobilizado	884.470.009,71	814.636.866,51	8,57	99,77
Intangível	2.033.997,71	2.026.276,77	0,38	0,23

Siafi: 2020/2021

O ativo não circulante é composto em 99,77% do item “Imobilizado”, correspondente a R\$ 884 milhões, apresentando um aumento de 8,57% em relação ao ano anterior 014/2020.

Ativo realizável a longo prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com: dívida ativa e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Em relação aos estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis do IFES. Os bens são reconhecidos inicialmente com base no valor de sua aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação, mas o Instituto não realiza estes procedimentos por motivo de não possuir sistema que possibilite de forma confiável o cálculo da depreciação, amortização ou exaustão.

Na tabela a seguir, apresentaremos a composição do subgrupo imobilizado, para os meses Setembro/2021 e Dezembro/2020, representado pelo mês 014/2020.

Tabela 3- Ativo Imobilizado

	R\$			
IMOBILIZADO	09/2021	014/2020	AH%	AV%
Total do Imobilizado	884.470.009,71	814.636.866,51	8,57	100
Bens Móveis	224.032.103,06	211.406.797,55	5,97	25,33
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	104.405.357,90	101.365.023,86	3,00	11,80
Bens de Informática	45.879.018,84	40.192.779,02	14,15	5,19
Móveis e Utensílios	50.203.224,70	47.725.681,89	5,19	5,68
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	14.195.873,17	12.658.033,20	12,15	1,61
Veículos	8.712.999,33	8.863.615,46	-1,70	0,99
Bens Móveis em Andamento	2.560,06	2.560,06	0,00	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	0,00	0,00	0,00	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	209.243,94	219.428,94	-4,64	0,02
Demais Bens Móveis	423.825,12	379.675,12	11,63	0,05
Bens Imóveis	660.437.906,65	603.230.068,96	9,48	75,01
Bens de Uso Especial	581.731.839,70	524.362.077,48	10,94	65,77
Bens Imóveis em Andamento	71.003.158,74	73.973.038,26	-4,01	8,03
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0,00	24.200,00	-100,00	0,00
Instalações	10.726.862,68	7.759.110,99	38,25	1,21
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(3.023.954,47)	(2.888.357,77)	4,69	-0,34

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

No total do Imobilizado houve um aumento no mês de Setembro/2021 de 5,97% nos bens móveis em comparação com o ano de 2020, o mesmo aconteceu com o bens imóveis com aumento de 9,48% em relação ao ano de 2020.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

Na tabela a seguir, apresentaremos a composição do Intangível, para os exercícios de Setembro/2021 e Dezembro/2020, representado pelo mês 014/2020.

Tabela 4- Ativo Intangível

UG	Executóra	Mês Lançamento	Set/2021	014/2020	AV %	AH %
158151	Reitoria	Software com Vida Útil Definida	20.332,00	56.863,24		2,65
158272	Campus Colatina	Software com Vida Útil Definida	20.270,00	20.270,00		2,64
158416	Campus Vitória	Software com Vida Útil Definida	157.593,00	157.593,00		20,51
158417	Campus Serra	Software com Vida Útil Definida		00,00		0,00
158418	Campus Cachoeiro	Software com Vida Útil Definida	275.177,31	251.782,31		35,81
158419	Campus Aracruz	Software com Vida Útil Definida	11.404,00	11.404,00		1,48
158421	Campus Cariacica	Software com Vida Útil Definida	169.500,00	169.500,00		22,06
158423	Campus São Mateus	Software com Vida Útil Definida	85.158,10	85.158,10		11,08
158425	Campus Alegre	Software com Vida Útil Definida	17.930,00	17.930,00		2,33
158886	B.S.Francisco	Software com Vida Útil Definida	4.544,00	4.544,00		0,59
158892	Campus Piúma	Software com Vida Útil Definida	6.432,00	6.432,00		0,84
Total			768.340,41	781.476,65	-1,68	100
158151	Reitoria	Software com Vida Útil Indefinida	438.287,34	438.287,34		34,79
158416	Campus Vitória	Software com Vida Útil Indefinida	227.694,60	190.194,60		18,07
158417	Campus Serra	Software com Vida Útil Indefinida	259.184,12	259.184,12		20,57
158419	Campus Aracruz	Software com Vida Útil Indefinida	27.325,00	27.325,00		2,17
158421	Campus Cariacica	Software com Vida Útil Indefinida	23.722,00	23.722,00		1,88
158422	Campus Nova Venécia	Software com Vida Útil Indefinida	96.395,00	51.515,00		7,65
158424	Campus Itapina	Software com Vida Útil Indefinida	813,56	813,56		0,06
158427	Campus Vila Velha	Software com Vida Útil Indefinida	59.421,59	59.421,59		4,72
158428	Campus Ibatiba	Software com Vida Útil Indefinida	29.100,00	29.100,00		2,31
158429	Campus V. N. Imigrante	Software com Vida Útil Indefinida	28.150,00	28.150,00		2,23
158883	Campus Guarapari	Software com Vida Útil Indefinida	16.588,50	16.588,50		1,32
158885	Campus Centro Serrano	Software com Vida Útil Indefinida	6.459,40	6.459,40		0,51
158892	Campus Piúma	Software com Vida Útil Indefinida	46.739,50	46.739,50		3,71
Total			1.259.880,61	1.177.500,61	7,00	100
158151	Reitoria	Marcas e Patentes - V. Útil Def.	0,00	61.522,82	-100,00	0,00
158420	Campus Linhares	Marcas e Patentes - V. Útil Def.	5.776,69	5.776,69	0,00	100,00
Total			5.776,69	67.299,51	-91,42	100
Total Intangível			2.033.997,71	2.026.276,77	0,38	

R\$

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

O Intangível do mês de Setembro/2021 aumentou 0,38% em relação a 014(Dez) 2020.

O Instituto não realiza estes procedimentos por motivo de não possuir sistema que possibilite de forma confiável o cálculo da depreciação, amortização ou exaustão.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

1.3. Passivo Circulante

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

As obrigações do Ifes são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Tabela 5- Passivo Circulante

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE	Set/2021	014/2020	AH%	AV%
Total do Passivo Circulante	230.797.010,58	198.364.537,88	16,35	100
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	85.866.096,69	66.678.604,72	28,78	37,20
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7.910.669,42	16.815.168,21	-52,96	3,43
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	3.274,90	3.274,90	0,00	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00			0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	137.016.969,57	114.867.490,05	19,28	59,37

Fonte: Siafi 2020/2021

As obrigações trabalhistas, previdenciárias, assistenciais a pagar em curto prazo representam 37,20% e 59,37% em demais obrigações a curto prazo, referentes valores de Termo Execução Descentralizada -TED no total do passivo. Estes valores serão baixados pela prestação de contas.

O Item Fornecedores e Contas a Pagar do Curto Prazo se refere aos fornecedores nacionais, houve uma diminuição de 52,96% em relação ao ano de 2020 por termos diminuído as compras por diminuição do orçamento da União.

Tabela 6- Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante

	Set/2021	014/2020	AV%	AH%
158418 Unidade Gestora 1) Campus Cachoeiro	1.570.483,35	1.995.075,07	-21,28	19,85
158423 Unidade Gestora 2) Campus São Mateus	1.396.824,80	2.247.787,66	-37,86	17,66
158151 Unidade Gestora 3) Reitoria	1.070.323,63	6.845.239,31	-84,36	13,53
158416 Unidade Gestora 4) Campus Vitória	509.977,02	660.062,21	-22,74	6,45
158419 Unidade Gestora 5) Campus Aracruz	471.448,92	338.737,52	39,18	5,96
Demais Campi: Alegre; Cariacica; Montanha; Centro Serrano; Colatina; Guarapari; Ibatiba; Linhares; Nova Venécia; Píuma; Itapina; Santa Teresa; Serra; V.Nova Imigrante; Vila Velha e BSFrancisco.	2.891.611,70	4.728.266,44	-38,84	36,55
Total	7.910.669,42	16.815.168,21	-52,96	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

As unidades gestoras 1, 2 e 3 por exemplo são responsáveis por 51,04% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 09 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 30/09/2021.

Tabela 7- Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

	Set/2021	014/2020	AV%	AH%
54526082000484 ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC	349.440,00	349.440,00	0,00	4,42
05996556000101 GONZALES ENGENHARIA EIRELI	346.315,52		0,00	4,38
18207297000126 G.S. CONSTRUCOES EIRELI	303.377,34	42.091,92	620,75	3,84
11464383000175 GOLD COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	299.072,94	299.072,94	0,00	3,78
28508315000163 RESIDENCIA ENGENHARIA LTDA	256.251,69	1.771.730,61	-85,54	3,24
03843541000170 JAIRO ANTONIO ZANATTA	254.664,00	254.664,00	0,00	3,22
28152650000171 EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	214.615,10	101.939,24	0,00	2,71
12477490000281 LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA	200.483,01	138.280,08	44,98	2,53
25071761000165 NOVA ND COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E DIDATICO	182.800,00		0,00	2,31
Demais Fornecedores	5.503.649,82	13.857.949,42	-60,29	69,57
Total	7.910.669,42	16.815.168,21	-52,96	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Em relação aos fornecedores A, B, C e D, representam 16,42% do total a ser pago. Estamos liquidando fornecedores com saldos a mais de 90 dias, isto se justifica que recebemos recursos financeiros para quitar as pendências.

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Itaotec S.A. - Grupo Itaotec: Aquisição de computadores;
- (b) Gonzales Engenharia Eireli : Serviço de obras;
- (c) Gold Comércio de Equipamentos Eireli: Aquisição de máquinas e equipamentos industriais;
- (d) Residencia Engenharia Ltda: Serviço de obras.

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar se refere a Itaotec S.A. - Grupo Itaotec com 4,42% do total.

Obrigações Contratuais

Em 30/09/2021, o IFES possuía um saldo de R\$ 142,6 milhões relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no exercício podendo ser prorrogado para o ano seguinte.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 8- Obrigações Contratuais

	R\$			
Obrigações Contratuais	Set/2021	014/2020	AV%	AH%
Aluguéis	782.000,33	832.299,33	-6,04	0,54
Fornecimento de Bens	2.992.128,87	2.822.392,71	6,01	2,07
Seguros	160.175,74	149.516,15	7,13	0,11
Serviços	140.395.281,50	128.480.668,66	9,27	97,27
Total	144.329.586,44	132.284.876,85	9,11	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam 97,27% do total das obrigações assumidas pelo órgão ao final de 30/09/2021.

Os valores relacionados a Fornecimentos de Bens ocorreu um aumento de 6,01% se comparado a Dezembro/2020.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se o órgão e as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/09/2021.

Tabela 9- Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora)

R\$

Unidade Gestora	Set/2021	014/2020	AV%	AH%
A)158151 - Reitoria	49.518.163,41	55.859.178,69	-11,35	34,31
B)158416 – Campus Vitória	16.261.989,27	10.901.130,06	49,18	11,27
C)158886 – Campus B. São Francisco	12.980.230,95	12.726.318,77	2,00	8,99
D)158426 – Campus Sta. Teresa	10.231.796,58	7.790.568,07	31,34	7,09
E)158424 – Campus Itapina	9.830.361,16	2.856.911,00	244,09	6,81
Demais Campi	45.507.045,07	42.150.770,26	7,96	31,53
Total de Obrigações Contratuais	144.329.586,44	132.284.876,85	9,11	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

As unidades gestoras 1, 2 e 3 são responsáveis por 54,57% do total contratado. A unidade gestora 158151 – Reitoria possui contratos de serviços em imóveis onde localiza o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes e a sede da própria Reitoria.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os nove contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de Setembro/2021.

Tabela 10- Obrigações Contratuais – Por Contratado

R\$

Contratado	Set/2021	014/2020	AV%	AH%
A) 03832178000197 FUND. APOIO AO DESENV. CIENCIA E TECNO	14.940.953,39	29.105.525,73	-48,67	10,35
B) 03466072000117 ENG9 CONSTRUCAO CIVIL EIRELI	10.459.978,05	10.459.978,05	0,00	7,25
C) 02368782000141 MESTRA ENGENHARIA LTDA	9.701.304,07	9.701.304,07	0,00	6,72
D) 23170931000133 MURANO CONSTRUCOES LTDA	7.403.893,06	276.585,11	2.576,90	5,13
E) 01017250000105 VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	5.313.663,14	4.800.949,39	10,68	3,68
F)11505046000189 TRANSCOLAR COM. E SERVICOS PADUENSE LTDA	3.676.542,23	81.789,15	4395,15	2,55
G)07892954000103 LASTRO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	3.280.000,00	3.280.000,00	0,00	2,27
H)07520858000126 AMF SERV. E COM. DE IMP. E EXPORTACAO LTDA	3.100.176,42	3.100.176,42	0,00	2,15
I)04558234000100 AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	3.067.463,68	1.930.866,76	58,86	2,13
Diversas Empresas DEMAIS CONTRATOS DE EMPRESAS	83.385.612,40	69.547.702,17	19,90	57,77
Total Contratado	144.329.586,44	132.284.876,85	9,11	100

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Em relação aos contratados A, B, C e D, representam 29,45% do total a ser pago.

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

A) 03.832.178/0001-97 : Serviços de Processos Seletivos com validade ano corrente;

B) 03.466.072/0001-17: Serviços de construção, em execução;

C) 02.368.782/0001-41: Serviços de construção de infra-estrutura básica com validade até 04/07/2016, está em processo judicial;

D) 23.170.931/0001-33: Serviços de construção e reparos em execução, pregão ano 2018;

Em relação aos contratados A, B, C e D, na tabela a seguir são detalhadas as principais transações:

Tabela 11- Contratados – Principais Transações

R\$

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
A) 03.832.178/0001-97	Processo seletivo	14.940.953,39	Vários contratos em vigência	Ano corrente
B) 03.466.072/0001-17	Serviços de construção	10.459.978,05	Vários contratos em vigência	Ano corrente
C) 02.368.782/0001-41	Serviços de construção de infra-estrutura	9.701.304,07	Contrato rescindido processo judicial	01/07/16
D) 23.170.931/0001-33	Serviços de construção e reparos	7.403.893,06	Contrato rescindido processo judicial	Ano corrente

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

O principal valor do grupo obrigações contratuais se refere a Empresa contratada no item A) 03.832.178/0001-97, contratos em vigência no decorrer do ano.

Item B) 03.466.072/0001-17, contrato em vigência.

O item C) 02.368.782/0001-41, está com contrato rescindindo a partir de julho/2016, o órgão está com pendências por motivo judicial;

Item D) 23.170.931/0001-33, está com contrato em vigência.

1.4. Precatório

Tabela 12- Precatórios

R\$

Unidade Gestora		Set/2021	01/2020	AV%
158151 – Reitoria	PR2JD2022 – Precatório Pessoal	0,00	2.250.353,26	
158151 - Reitoria	PR2RG2021 - Precatório Pessoal		7.295.533,19	
158151 - Reitoria	PR2R2022 – Alimentício	7.587.411,59	187.346,76	
Total		7.587.411,59	9.733.233,21	-22,05

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Conforme tabela 12, constatamos o valor de R\$ 7,5 milhões referente a precatório alimentícios.

1.5. Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores compõem a linha de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial, também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios Anteriores. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores do IFES em 09/2021 possui um saldo devedor de R\$ 1.775.934,05. Os campi com saldo nessa conta em ajustes são Alegre, Aracruz, Barra de São Francisco, Cachoeiro, Serra e Vila Velha. Reitoria com precatório e Vitória com incorporação no estoque.

O valor de ajustes de exercícios anteriores na Reitoria é R\$ 1.836.579,68 refere-se a valor de precatório e Vitória R\$ 1.560,53 ajuste de Almoxarifado.

Os campi Alegre R\$ 9.500,00, Aracruz R\$ 556,93, Cachoeiro R\$ 2.152,77, Barra de São Francisco R\$ 15.392,50, Serra R\$ 5.956,51 e Vila Velha R\$ 28.647,45, os lançamentos de reconhecimento de dívidas de ano anterior com fornecedores de bens/serviços dos mesmos.

2. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil adequado para demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, e composição da Execução dos Restos a Pagar Não Processados.

2.1. Previsão Receita x Fixação Despesa

No terceiro trimestre do ano de 2021, a Previsão de Receitas(Atualizadas) R\$ 4,1 milhões, para o órgão 26406 (Ifes), enquanto que a realizada foi de R\$ 1,84 mil, houve uma receita de 44,03% em comparação ao valor previsto. Quanto à Despesa Fixada (Dotação Atualizada), o total R\$ 745,4 milhões, deste valor 77,47% foram despesas empenhadas até o terceiro trimestre de 2021.

RECEITAS CORRENTES: Receita Patrimonial; Receita Agropecuária; Receita Industrial, Receitas de Serviços e Outras Receitas Correntes.

No terceiro trimestre de 2021, das RECEITAS CORRENTES, a Receita de Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado, foi de R\$ 425,9 mil de um total de R\$ 662,9 mil previstas que

correspondem a 64,24% do total da Receita Prevista Atualizada. Essas receitas referem-se à arrecadação de Aluguéis a Terceiros; a) Receita Agropecuária, com 127,54% já arrecadada, R\$ 631,5 mil de um total prevista de 495,1 mil, referente a comercialização de diversos produtos; b) Receita Industrial, com 89,12% já arrecadada das receitas realizadas (517/580 mil), referente à arrecadação de produtos de fabricação das Agrotécnicas.

As Receitas de Serviços até Set/2021 foi de R\$ 96,5 mil de um total de R\$2,34 milhões prevista que correspondem 4,11% do total da Receita Prevista Atualizada.

Essas receitas referem-se à arrecadação de concursos públicos e serviços educacionais que por consequência da Covid-19 teve o processo seletivo online sem valor da taxa dos serviços prestados.

Outras Receitas Correntes previstas no valor de R\$ 93,9 mil, sendo realizadas R\$ 169,1 mil no percentual de 180,07% a mais do previsto.

RECEITAS CAPITAL: Operações de Crédito previstas R\$ 348,2 milhões. O órgão não executou esta operação neste período.

DESPESAS CORRENTES: Pessoal e Encargos; Outras Despesas Correntes

No terceiro trimestre de 2021, as Despesas Correntes “Pessoal e Encargos Sociais” dotação atualizada R\$ 625 milhões e despesas empenhadas R\$ 472,8 milhões, representa 75,58% do total de Despesas Empenhadas/Total Dotação Atualizada.

As Outras Despesas Correntes dotação atualizada R\$ 96,3 milhões e despesas empenhadas R\$ 88,17 milhões, representa 91,51% referente a Despesa de Dotação Atualiza.

Despesas com Covid-19

Tabela 13- Despesas com COVID-19

R\$

IFES	Grupo Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	1.250.705.968,00	1.251.026.965,00	1.305.271.260,81	1.263.675.827,88	1.203.469.967,16	(54.244.295,81)
	Outras Despesas Correntes	192.679.654,00	192.687.755,00	191.637.590,26	157.841.504,13	147.303.995,49	1.050.164,74
Despesas Capital	Investimentos	46.850.362,00	46.850.362,00	21.843.442,81	8.400.600,19	7.051.489,83	25.006.919,19
TOTAL		1.490.235.984,00	1.490.565.082,00	1.518.752.293,88	1.429.917.932,20	1.357.825.452,48	-28.187.211,88

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

A tabela acima informa o total da dotação atualizada conforme relatório com Covid-19 do órgão Ifes em R\$ 1,49 bilhão e despesas empenhadas com Covid-19 até o momento foi de R\$ 1,51 bilhão.

No mês de setembro de 2021, foi executado 102,89% da despesa orçamentária (dotação atualizada) do órgão.

DESPESAS DE CAPITAL: os “Investimentos” dotação atualizada R\$ 46 milhões e despesas empenhadas R\$ 21,8 milhões, representa 46,56% do total das Empenhadas/Total Dotação Atualizada.

2.2. Movimentação Orçamentária

Tabela 14- Instituto Federal de Ciência e Tec. do Esp. Santo

R\$

IFES	Grupo Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	316.672.340,00	543.343.825,00	5.165,90	7.751.158,90	472.855.019,01	431.259.586,08	401.156.655,72	31.852,00	62.710.960,99
	Outras Despesas Correntes	56.760.304,00	96.347.928,00	54.553.429,65	54.952.617,98	82.852.400,93	54.364.434,56	49.095.819,49	818,00	13.095.520,74
Despesas Capital	Investimentos	23.425.181,00	23.425.181,00	12.851.984,55	12.851.984,55	14.067.894,41	2.877.251,39	2.350.496,61	0,00	9.357.286,59
TOTAL		396.857.825,00	663.116.934,00	67.410.580,10	75.555.761,43	569.775.314,35	488.501.272,03	452.602.971,82	32.670,00	85.163.768,32

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

No terceiro trimestre de 2021, foi executado 85,92% da despesa orçamentária(dotação atualizada) do órgão.

Movimentação Orçamentária outros Órgãos

Tabela 15- Outros Órgãos

Outros Órgãos	Grupo de Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
FNDE	Despesas Correntes				2.303.210,20	613.634,40				1.689.575,80
Fundo Coord. Aperf. Pessoal N.S.	Despesas Correntes				549.110,00	28.122,00				520.988,00
Fund. Def. Econ. Cafeeira	Despesas Correntes				110.610,00	55.305,00	15.000,10	5.512,34	5.512,34	40.304,90
UFGOias	Despesas Correntes				197,95					197,95
UFRGS	Despesas Correntes				139,25		139,25	139,25		00,00
Rec. Sob. Superv. IFES	Despesas Correntes	308.680.644,00	82.330.156,00						82.330.156,00	00,00
	Despesas Correntes		39.579.523,00	00,00					00,00	00,00
MEC	Despesas Correntes				12.754.834,80	3.599.917,00	5.298.632,00			3.856.285,80
	Despesas de Capital				4.800.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	147.800,40		00,00
IFSudeste MG	Despesas Correntes				442,30					442,30
IFRio de Janeiro	Despesas Correntes				245,73					245,73
Int. Bras. Meio Amb. e Rec. Naturais	Despesas Correntes				5.737,50					5.737,50
Min. Direitos Humanos	Despesas Correntes				340.000,00					340.000,00
	Despesas de Capital				60.000,00					60.000,00
TOTAL		348.260.167,00	82.330.156,00	20.924.527,73	6.696.978,40	7.713.771,35	153.451,99	5.512,34	82.330.156,00	6.513.777,98

Tesouro Gerencial 2021

As tabelas acima informam o total da dotação atualizada do órgão Ifes em R\$ 663,1 milhões e despesas empenhadas no valor total de R\$ 569,7 milhões.

As informações acima demonstram a movimentação orçamentária administrativa da autarquia, vinculadas aos órgãos subordinados 26000(MEC). Compreendem as Provisões e os Destaques Concedidos com o orçamento da UO 26406, bem como os Destaques Recebidos de unidades vinculadas à estrutura do próprio órgão. As Provisões (Concedidas), conta 62221.01.00, respectivamente, perfazem um total de R\$ 74.107.558,50. Os Destaques (Recebidos), conta 52222.01.01 totalizaram R\$ 14.227.549,33. Os Destaques (Concedidos) pela unidade gestora do órgão, conta 62222.0100, totalizaram R\$ 8.145.181,33 e foram concedidas para várias Ugs.

As demonstrações da movimentação orçamentária referente às descentralizações recebidas e concedidas (Destaques e Provisões) do órgão 26406, cujos créditos orçamentários provêm tanto do orçamento pertencente ao MEC, órgão 26000 e outros Ministérios, foram descentralizados as 21 unidades gestoras, Polo de Inovação e Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do órgão 26406.

2.3. Execução dos Restos a Pagar Não Processados

A inscrição dos recursos é feita pela STN nos primeiros dias de janeiro de cada exercício financeiro, de acordo com a rotina de encerramento do exercício, referente à execução orçamentária do exercício imediatamente anterior, juntamente a reinscrição relativa a exercícios anteriores.

Tabela 16- Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	Set/2021	Dez/2020	AH%
RPNP Inscritos em 31/12 ano anterior	60.138.022,63	73.823.962,18	-18,54%
RPNP Inscritos em Exercícios Anteriores	24.850.914,13	4.233.712,91	486,98%
TOTAL	84.988.936,76	78.057.675,09	8,88%

Fonte: Siafiweb 2021

Em Setembro de 2021, os restos a pagar totalizaram em R\$ 84,9 milhões, o aumento de 8,88% de um ano para outro. Estes valores correspondem a valor empenhado e não liquidados até o final desse período.

A justificativa destes restos a pagar é devido a recebimento de orçamento no final do ano ocorrendo o aproveitamento desse orçamento de 2020 para empenhar projetos em andamentos. O saldo de inscrito-reinscritos exercícios anteriores a 2020 de RPNP foi de R\$ 73,8 milhões aproximados, ao passo que o total inscrito-reinscritos dos exercícios anteriores a 2020 totalizou R\$ 4,2 milhões.

Os valores dos Restos a Pagar Não Processados se justifica a diminuição de repasses financeiros. Conforme disposto nos artigos 67 e 68 do Decreto nº 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 30 de setembro/2021, isto é, não houve a conclusão da entrega dos bens e/ou a prestação dos serviços contratados.

Tabela 17- Restos a Pagar Não Processados por Categoria Econômica da Despesa

R\$

Categoria Econômica da Despesa		RPNP Inscritos e Reinscritos	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP Pagos	Saldos
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	17.411,52	6.101,99	0,00		11.309,53
	Outras Despesas Correntes	20.662.848,86	194.160,68	16.450.367,24	16.130.861,36	4.337.826,82
Despesas de Capital	Investimentos	29.421.737,03	86.611,15	18.187.008,84	17.540.600,68	11.794.525,20
Total		50.101.997,41	286.873,82	34.637.376,08	33.671.462,04	16.143.661,55

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

A composição dos Restos a Pagar Não Processados executados pelo Órgão, por Grupo de Despesa, constata-se que cerca de 78,81% do grupo Outras Despesas Correntes foram executados e pagos, restando 21,19% a pagar considerando que estamos no terceiro trimestre de 2021; seguindo do grupo Investimento, com 59,79% de execução e pagos.

O IFES, possui saldo de despesas inscritas em restos a pagar não processados ainda em destaque e se justifica pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade dessas despesas. Segundo o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição. Os restos a pagar não processados possui saldo devido a falta de entrega de bens e serviços e diminuição dos repasses de financeiros. Aquisição de bens ou realização de serviços e obras, tiverem sua execução iniciada e não concluídas.

A tabela a seguir são os restos a pagar que depende do repasse financeiro de outros órgãos para que o Instituto possa efetuar a liquidação e pagar.

Tabela 18, se referente às demonstrações dos restos a pagar até Setembro/2021.

OUTROS ÓRGÃOS	Categoria Econômica da Despesa	RPNP Inscritos e Reinscritos	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP Pagos	Saldo
MEC	Outras Despesas Correntes	26.219.940,38	888,90	15.026.853,44	15.005.456,26	11.213.595,22
	Investimentos	4.255.821,33	119.424,63	2.837.501,03	2.027.990,06	2.108.406,64
F. Coord. de Aperf. de Pessoas N.Sup.	Outras Despesas Correntes	366.619,22		248.549,58	248.549,58	118.069,64
FNDE	Outras Despesas Correntes	1.669.404,91	0,45	22.858,42	18.033,94	1.651.370,52
Minist. da Ciência, T., Inov. Comunicações	Outras Despesas Correntes	143.636,41				143.636,41
Ministério da Economia	Outras Despesas Correntes	237.265,17		158.176,78	79.088,39	158.176,78
Fundo de Def. da Econ. Cafeeira	Outras Despesas Correntes	146.930,36		139.429,20	138.170,06	8.760,30
Fundo Nacional de Saude	Outras Despesas Correntes	20,01				20,01
Ministerio do Esporte	Outras Despesas Correntes	315.973,00				315.973,00
Ministério Agric.Pecuaria e Abastecimento	Outras Despesas Correntes	2.210.294,36		2.145.714,56	2.139.354,56	70.939,80
TOTAL		35.565.905,15	120.313,98	20.579.083,01	19.656.642,85	15.788.948,32

Tabela 18- Restos a Pagar Não Processados inscritos por Órgão da UO Ano 2021.

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

O Ministério da Educação (MEC), órgão superior possui um volume de restos a pagar não processados de R\$ 30,5 milhões correspondendo 85,35% quando considerado apenas o orçamento proveniente das unidades orçamentárias (UO's) vinculadas à sua estrutura do total geral, conforme demonstrado na tabela acima.

Tabela 19- Restos a Pagar Processados e Não processados por COVID-19 e demais despesas R\$

	Categoria Econômica da Despesa	Grupo de Despesa	RPProcessados a Pagar	RPNP Liquidar	RPNP Liquidados	RPNP Liquidados a Pagar	RPNP a Pagar	RPNP Proc. Bloqueados	RPPagar (Proc. /NProcessados)
COVID-19	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes		1.048,30	0,00	0,00	1.048,30		1.048,30
	Despesas de Capital	Investimentos		0,00	46.950,00	46.950,00	46.950,00		46.950,00
Demais Despesas	Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	13.390,04	11.309,53	0,00	0,00	11.309,53		24.699,57
		Outras Despesas Correntes	205.089,76	12.475.412,57	432.435,07	432.435,07	17.938.231,81	5.030.384,17	18.143.321,57
	Despesas de Capital	Investimentos	14.799,75	10.538.170,33	1.408.969,13	1.408.969,13	13.177.016,04	1.229.876,58	13.191.815,79
Total			233.279,55	23.025.940,73	1.888.354,20	1.888.354,20	31.174.555,68	6.260.260,75	31.407.835,23

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

O órgão gastou com créditos extraordinários de estado de calamidade pública na aquisição de bens e material para apoio as ações do combate ao COVID-19;

Aquisição de produtos de higienização e materiais para proteção da saúde dos servidores nas áreas essenciais e prestadores de serviços. Equipamentos de proteção individual (EPI).

Programa Emergencial de Auxílio Estudantil para Inclusão Digital no Ifes Créditos orçamentários do Ministério da Educação, em caráter emergencial, para viabilização do Auxílio Inclusão Digital, que é a primeira prioridade no plano de ação delineado pela gestão do Ifes.

Os valores desses recursos foram distribuídos para as 20 unidades de gestão que o órgão possui.

Aumento das Despesas: impacto do reconhecimento de estado de calamidade pública autorização para abertura de créditos extraordinários (EC nº106 de maio de 2020)

Gastos com saúde: gastos adicionais com trabalhadores da saúde, equipamentos;

Orçamento de Guerra (Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia).

Emenda Constitucional nº 106, de 07.05.2020.

Art. 3º Desde que não impliquem despesa permanente, as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo **com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração**, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que

acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO – BF

3.1. Resultado Financeiro

O resultado financeiro no terceiro trimestre de 2021 foi um déficit em R\$ 5,15 milhões, e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência, comparando-o ao mesmo período de 2020.

Tabela 20- Resultado Financeiro

	Set/2021	Set/2020	AH %
Receita Orçamentária	1.840.388,53	2.276.268,71	-19,15
Despesas Orçamentárias	452.608.484,16	454.841.532,16	-0,49
	-450.768.095,63	-452.565.263,45	
Transferência Financeiras Recebidas	606.839.996,27	578.381.913,76	4,92
Transferência Financeiras Concedidas	61.456.267,34	61.091.627,19	0,60
	545.383.728,93	517.290.286,57	
Recebimentos Extraordinários *	1.552.191,02	1.295.041,59	19,86
Despesas Extraordinárias	115.729.086,05	87.345.952,67	32,50
	-114.176.895,03	-86.050.911,08	
Resultado Financeiro do Exercício	-19.561.261,73	-21.325.887,96	

Fonte: Siafiweb 2020/2021

Comparando com o mesmo período de 2020, em 2021 a Receita Orçamentária houve uma diminuição de 19,15%, as Despesas Orçamentárias houve uma redução em 0,49%. Nos recebimentos extraorçamentários não acrescentamos a inscrição de restos a pagar. Dentre os pagamentos extraordinários, destaca-se os pagamentos dos restos a pagar no montante de R\$ 114,7 milhões (cerca de 99,18% do total do montante). *Recebimentos Extraorçamentários, conforme informações do Balanço Orçamentário.

4. Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA

	30/9/2021	30/9/2020	AH	AV - 09/21
Variações Patrimoniais Aumentativas	761.393.501,40	590.365.056,18	28,97%	100,00%
Variações Patrimoniais Diminutivas	744.287.692,33	613.756.030,43	21,27%	100,00%
Resultado Patrimonial do Período	17.105.809,07	(23.390.974,25)	-173,13%	

4.1. Resultado Patrimonial do Período

Fonte: Siafi 2020 e Siafi 2021

O Resultado Patrimonial do Período é apurado na DVP pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Em 09/2021 o IFES apresentou um resultado patrimonial de R\$ 17.105 milhões.

Tabela 22 - Variações Patrimoniais Aumentativas

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA				
	R\$			
	30/9/2021	30/9/2020	AH	AV - 09/21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	761.393.501,40	590.365.056,18	28,97%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.066.208,01	2.700.696,92	-23,49%	0,27%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.416,40	2.949,19	-51,97%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	677.952.184,57	582.244.221,61	16,44%	89,04%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	80.954.153,12	5.256.546,95	1440,06%	10,63%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	419.539,30	160.641,51	161,16%	0,06%

Fonte: Siafiweb 2021

Na tabela 22 é possível observar que o montante das Variações Patrimoniais Aumentativas do IFES em 09/2021 foi 28,97 maior quando comparado com o mesmo período do ano de 2020.

Esse montante é composto em 89,04% de Transferências e Delegações Recebidas, que englobam as Transferências Intragovernamentais e as Outras transferências e Delegações Recebidas. Saldo 16,44% maior do que o recebido em 09/2020. Houve um aumento de 1.741,18% referente a Outras Transferências e Delegações Recebidas, essas representam 9,34% no total das Transferências e Delegações Recebidas.

O Aumento de 16,44% em Transferências e Delegações Recebidas ocorreu principalmente devido à transferência de imóveis de uso especial, feita pela Superintendência do Patrimônio da União/ES (SPU), para a Reitoria. Houve um equívoco e a SPU fez uma transferência no valor de R\$ 16.172.266,04 para o Campus Piúma (2021NL800018, UG 170104), posteriormente foi solicitado o acerto, e o mesmo foi feito através da 2021NL800001, UG 158892, no valor de R\$ 15.978.580,84. No entanto, o valor lançado equivocadamente contribuiu para o aumento da variação entre os períodos analisados.

As Valorizações e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos representam 10,63% das VPA's. Esse valor é 1.440,06% maior quando comparado ao mesmo período do ano passado.

A grande variação do saldo desse grupo ocorreu devido mudança de classificação de imóveis de uso especial, feita pelo Campus Centro Serrano, bem como o lançamento de reavaliações de imóveis de

uso especial no SPIUnet pelos campus Centro Serrano, Itapina, Ibatiba, Nova Venécia, Santa Teresa e Venda Nova do Imigrante. No que se refere à Desincorporação de Passivos, a principal movimentação foi a transferência, no valor de R\$ 7.614.041,65, da conta de Precatórios de Pessoal.

Na tabela também é possível verificar que houve uma queda de 23,49% na Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.

Tabela 23- Variações Patrimoniais Diminutivas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – RESUMIDA				
	R\$			
	30/9/2021	30/9/2020	AH	AV - 09/21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	744.287.692,33	613.756.030,43	21,27%	100,00%
Pessoal e Encargos	410.727.931,22	388.019.952,93	5,85%	55,18%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	83.716.887,22	84.269.579,69	-0,66%	11,25%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	60.579.622,85	50.540.704,76	19,86%	8,14%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	18.196,18	26.204,69	-30,56%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	98.050.922,36	64.632.271,70	51,71%	13,17%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	82.774.029,19	17.623.118,26	369,69%	11,12%
Tributárias	136.936,44	125.659,63	8,97%	0,02%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.283.166,87	8.518.538,77	-2,76%	1,11%

Fonte: Siafi 2020 e 2021.

Das Variações Patrimoniais Diminutivas o item Pessoal e Encargos é o de maior destaque, representando 52,81% do total das VPD's. Em relação a junho de 2020 teve um aumento de 5,85%.

Em seguida a Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos representa 11,12% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas e quando comparada ao mesmo período do ano anterior foi a que teve maior variação, 369,69%. Esta variação ocorreu principalmente devido baixas efetuadas pelo Campus Centro Serrano por motivos de mudança de classificação de imóveis de uso especial no SPIUnet, já citada acima, bem como baixa de obras em andamento decorrente de recebimento definitivo. No que se refere a Incorporação de Passivos houve um aumento de 50,16% em relação a 30/09/2020, essa variação é decorrente de recebimento de recursos financeiros para atendimento de Termos de Execução Descentralizada (TED), atendimento a programas e emendas parlamentares.

A variação de 51,71% em Transferências e Delegações Concedidas ocorreu principalmente devido o acerto, através da 2021NL800001, UG 158892, de devolução de imóveis de uso especial no SPIUnet. Conforme citado acima o valor lançado equivocadamente contribuiu para o aumento da variação entre os períodos em análise.

O IFES ainda não realiza depreciação, amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável por falta de um sistema adequado. Esse problema deve ser sanado com a implantação do SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços) que teve novo prazo de implantação determinado. Conforme Portaria 232, de 02/06/2020, do Ministério da Economia, o mesmo deve ser implantado em autarquias até 01/12/2021. O IFES somente registra valores pelo SPIUNET. O SPIUNET é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis.

O mesmo ocorre com a reavaliação. Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC

5.1. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Tabela 24- Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$		
	30/9/2021	30/9/2020	AH %
Atividades Operacionais	7.476.293,76	5.129.912,72	45,74%
Atividades de Investimento	-27.037.555,49	-26.455.800,68	2,20%
Atividades de Financiamento			
Total	-19.561.261,73	-21.325.887,96	-8,27%

Fonte: Siafiweb 2020/2021

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classificam em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro” e foi de R\$ 19 milhões Déficit no terceiro trimestre de 2021.

Este valor significa que nossas receitas foram menores que nossas atividades operacionais e de investimentos.

Tabela 25 – Fluxos de Caixa das Atividades das Operações

R\$

	30/9/2021	30/9/2020	AH %	AV % – 09/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	7.476.293,76	5.129.912,72	45,74%	
Ingressos	610.206.769,76	581.915.563,29	4,86%	100%
Receita Tributária	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	425.905,51	429.977,00	-0,95%	0,07%
Receita Agropecuária	631.513,08	374.004,61	68,85%	0,10%
Receita Industrial	517.309,10	472.942,14	9,38%	0,08%
Receita de Serviços	96.548,42	903.988,56	-89,32%	0,02%
Remuneração das disponibilidades	-	-	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	169.112,42	95.356,40	77,35%	0,03%
Transferências Recebidas	-	-	-	-
Outros Ingressos Operacionais	608.366.381,23	579.639.294,58	4,96%	99,70%
Desembolsos	-602.730.476,00	-576.785.650,57	4,50%	100%
Pessoal e Demais Despesas	-477.749.663,84	-455.833.548,36	4,81%	79,26%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Transferências Concedidas	-62.576.533,82	-59.189.656,04	5,72%	10,38%
Outros Desembolsos Operacionais	-62.404.278,34	-61.762.446,17	1,04%	10,35%

Fonte: Siafiweb 2021

Atividades Operacionais

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais em setembro/2021 foi de R\$ 7,48 milhões, em setembro de 2020 este valor era de R\$ 5,13 milhões em comparação entre os períodos de 45,74% a mais.

Como pode ser observado na Tabela 25, os ingressos do fluxo de caixa das atividades operacionais são compostos 99,70% de Outros Ingressos Operacionais. Nesses Outros Ingressos das Operacionais estão as Transferências Financeiras Recebidas que representam 99,75% do total desse item.

A Receita Agropecuária representa 0,10% do total do grupo, e, obteve, até 30/09/2021, um aumento de 68,85% quando comparada ao mesmo período de 2020.

Os desembolsos tiveram um aumento de 4,50%, com valor de R\$ 602 milhões em 09/2021 e 09/2020 com valor de R\$ 576 milhões.

Os Gastos com Pessoal e Demais Despesas equivalem a 79,26% do total dos desembolsos e tiveram um aumento de 4,81% na comparação com o ano de 2020. Estão relacionados principalmente à folha de pagamento.

Atividades de Investimento

Nesse grupo houve apenas desembolsos de 93,41% com movimentação de aquisição de ativo não circulante. O saldo do fluxo de caixa de investimentos em setembro de 2021 é negativo de R\$ 27

milhões, este saldo é 2,20% maior quando comparado ao mesmo período de 2020. Na mesma época as Atividades de Investimento apresentavam um saldo também negativo de R\$ 26,4 milhões.

Atividades de Financiamento

O Órgão 26406 não apresenta saldos de atividades de financiamento.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ifes (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade(CFC) NBCT 16.6-R1, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

5. O atingimento dos objetivos operacionais.

O atingimento dos benefícios foram quantificados e classificados. Ainda que reste algumas recomendações dentro do prazo de cumprimento, é nítido o aumento de recomendações atendidas. O resultado progressivo no atendimento das recomendações vem impactando diretamente no alcance das metas e objetivos da instituição como no aumento da pontuação nos indicadores do IGG/TCU. Não observamos qualquer tipo de impedimento ao trabalho de auditoria.

Relatório Ano/ nº	Recomendação	Recomendação Atendida?	Benefício		Análise da Audin
2019/01	Recomendamos que seja definido o fluxo do processo de efetivação da remoção após o processo de seleção (Chamada), bem como a relação da documentação necessária para a correta instrução processual. Recomendamos ainda que faça parte da documentação necessária as declarações de nada consta de setores tais como, patrimônio e almoxarifado, biblioteca, registro acadêmico, gestão pedagógica, etc., bem como uma declaração da gestão de pessoas relatando a situação funcional do servidor (em relação ao ponto, à reposição ao erário, à compensação de horas, às avaliações funcionais etc.).	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Operacional	Recomendação atendida.
2019/01	Recomendamos que faça constar no inciso I do art. 5º da minuta que a vaga de contrapartida deve ser do mesmo cargo (TAE) ou área/requisitos definidos pelo concurso de ingresso (docentes), exceto nos casos em que os campi/Reitoria precisem se	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Estratégica	Recomendação atendida.

	adequar à realidade do campus, mediante justificativa plausível e aprovada pelo Conselho Superior, e à Portaria MEC nº 246/2016 que dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos no âmbito dos Institutos Federais.				
2019/01	<p>Por fim, recomendamos que todas as vagas disponíveis sejam inicialmente destinadas aos editais de remoção antes de serem preenchidas por outras formas de provimento ou movimentação. Para isso, recomendamos ainda a viabilização de um banco de dados permanente, com amplo acesso a todos os servidores, em que sejam armazenadas todas as intenções/pedidos de remoção a fim de atender aos princípios de Isonomia, Transparência, Impessoalidade, entre outros, propiciando um maior controle da Administração e da sociedade em geral.</p>	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Estratégica	Recomendação atendida.
2019/02	<p>Recomendamos que a Resolução do Conselho Superior nº 31/2010 seja atualizada para que esteja em consonância com os demais normativos vigentes e conste os seguintes pontos:</p> <p>a) a obrigatoriedade do pagamento antecipado das diárias, de acordo com o artigo 5º do decreto nº 5.992/2006; - ATUALIZAÇÃO: Art. 30 da Portaria MEC nº 204/2020</p>	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Estratégica	Recomendação atendida com base na aprovação e publicação da Resolução CS 58/2020 em 20/11/20

2019/02	b) a determinação de que as diárias devem ser concedidas pelo dirigente do órgão ou entidade a quem estiver subordinado o servidor ou a quem for por ele delegada tal competência, conforme preceitua o §1º do artigo 5º do Decreto;	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Estratégica	Recomendação atendida com base na aprovação e publicação da Resolução CS 58/2020 em 20/11/20
2019/02	c) a definição e as atribuições de todos os perfis de acesso ao SCDP previstos na Portaria 403/2009 e nas demais legislações pertinentes;	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Estratégica	Recomendação atendida com base na aprovação e publicação da Resolução CS 58/2020 em 20/11/20
2019/02	Recomendamos atualizar os perfis que estão atualmente cadastrados e ativos no SCDP, observando a relação das atribuições dos perfis com os cargos/funções dos servidores e visando a segregação das funções;	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Estratégica	Recomendação atendida com base na aprovação e publicação da Resolução CS 58/2020 em 20/11/20
2019/02	Recomendamos que quando a compra de passagens aéreas for realizada por meio de agência de viagens, que os valores das passagens constantes na cotação enviada pela agência de turismo sejam comparados com os preços praticados no mercado, de acordo com Inciso I do art. 15 da Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 31/2010 e o § 3º do art. 15 da IN nº 03/2015;	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Estratégica	Considerando que o artigo 46 Inciso I traz a previsão de haver a fiscalização por amostragem se os valores de tarifas encaminhados pelas companhias aéreas encontram-se majorados em relação aos valores oferecidos no mercado e se as condições comerciais mais vantajosas estão sendo cumpridas, bem como que foi adicionado ao F002 a realização de estimativa de preços prévia à compra da passagem, consideramos que as mudanças implementadas atendem o objetivo principal da recomendação que é verificar se os valores encaminhados pela agência de viagem condizem com

					os valores das companhias aéreas.
2019/03	<p>Recomendamos que todos os editais de processo seletivo dos ifes contenham a previsão de convocação, a qualquer tempo, por comissões específicas, dos candidatos autodeclarados Pretos, Pardos e Índios para verificação da afirmação contida na Autodeclaração Étnico-racial e que sejam realizados tais procedimentos pois, conforme esclarecido no decorrer deste trabalho, embora a autodeclaração do candidato goze da presunção relativa de veracidade, ela deve ser confirmada mediante procedimento de heteroidentificação a ser realizado por comissão criada especificamente para esta finalidade;</p>	Implementada	Missão, Visão e/ou Resultado	Estratégica	Tendo em vista que a verificação nos itens dos editais anteriormente citados a recomendação resta atendida
2019/03	<p>Verificamos que o ifes está empreendendo esforços para a capacitação de servidores para a realização dos procedimentos de heteroidentificação. Assim sendo, recomendamos que após a realização destas capacitações sejam criadas comissões, preferencialmente em cada campus e/ou com disponibilidade de deslocamento, aptas para a realização do procedimento de heteroidentificação;</p>	Implementada	Missão, Visão e/ou Resultado	Tático/Operacional	<p>Em pesquisa realizada no site do IFES foi possível verificar-se que foi estabelecida a https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_61_2019_-_Comiss%C3%A3o_Permanente_de_Verifica%C3%A7%C3%A3o_Autodeclara%C3%A7%C3%A3o_CPVA.pdf que trata da comissão permanente de verificação e que esta vem atuando nos processos seletivos.</p>
2019/03	<p>Recomendamos que a gestão realize um plano de ação com vistas a reduzir o número de vagas</p>	Implementada	Missão, Visão e/ou Resultado	Estratégica	Mantêm-se a recomendação até que sejam realizadas novas avaliações dos índices de vagas

	remanescentes, em especial dos cursos elencados na tabela do Anexo VI, que possuem o maior percentual destas vagas;				remanescentes e seja verificada a efetividade das ações propostas pela PROEN.
2019/03	Recomendamos que sejam estabelecidos critérios mais objetivos e mais fundamentados para a aprovação da abertura e implantação de novos cursos, como objetivo de se evitar a criação de cursos com baixa demanda para a região ou com demanda sazonal;	Implementada	Missão, Visão e/ou Resultado	Estratégica	Mantêm-se a recomendação até que sejam apresentadas evidências da criação de critérios mais objetivos e mais fundamentados para a aprovação da abertura e implantação de novos cursos, com o objetivo de se evitar a criação de cursos com baixa demanda para a região ou com demanda sazonal e até que sejam apresentadas evidências de redução dos índices de vagas remanescentes.
2019/04	Assim recomendamos que seja exigida a completa e tempestiva apresentação da prestação de contas das ações de extensão que utilizem recursos próprios ou de terceiros, bem como daquelas em que haja o pagamento de bolsas, observando os seguintes critérios: a) Apresentar e publicar cópias de fotos/ vídeos/ imagens/ jornais que comprovem a execução do item/ação de extensão; b) Apresentar e publicar todos os documentos comprobatórios ou qualquer registro que comprove de maneira inequívoca a execução do item/ação constante no Formulário	Parcialmente Implementada	Missão, Visão e/ou Resultado	Tático/Operacional	Para total implementação da recomendação se faz necessário a finalização do sistema SIG.

	<p>de Cadastro do Programa de Extensão aprovado, obedecendo os seguintes parâmetros:</p> <p>notas fiscais e/ ou documentos contábeis dentro do prazo da execução da ação que comprovem o recebimento do objeto contratado;</p> <p>ser original e sem rasuras;</p> <p>especificação detalhada dos materiais adquiridos e/ou dos serviços prestados contendo o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;</p> <p>especificar a etapa ou fase do plano de trabalho relativa ao pagamento, quando for o caso;</p>				
2019/04	<p>recomendamos que seja alterada a Orientação Normativa CAEX 01 – 2018 para fazer constar as regras acima como critérios para a prestação de contas das Ações de Extensão, bem como para sua publicação. Além disso, recomendamos também que seja utilizado como modelo o Formulário de Prestação de Contas elaborado pelo IF Baiano, conforme Anexo I, no qual consta a necessidade de se anexar ao processo de prestação de contas cópias dos comprovantes</p>	Implementada	Operacional	Operacional	Foram realizadas alterações ao normativo contemplando as recomendações da auditoria.

	<p>de pagamento (notas fiscais, cupons</p> <p>fiscais, recibos) em ordem cronológica, acompanhada dos comprovantes de pagamentos originais para fins</p> <p>de autenticação (confere com o original) pelo Coordenador de Extensão, observando ainda a validade das</p> <p>Notas Fiscais.</p>				
2019/04	<p>recomendamos a implantação de um Registro Centralizado das Ações de Extensão (Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviço e Produto), com vistas a manter um sistema único e informatizado de acesso público na internet que permita:</p> <p>a) o acompanhamento concomitante da execução físico-financeira de cada ação;</p>	Implementada	Operacional	Operacional	Foram realizadas alterações ao normativo contemplando as recomendações da auditoria.
2019/04	<p>b) o registro de todas as ações, independentemente de sua finalidade e fonte de recurso (se interno ou externo) e independente de qual empresa, fundação ou organização esteja patrocinando;</p>	Parcialmente Implementada	Missão, Visão e/ou Resultado	Tático/Operacional	Aguardar a implantação do SIG
2019/04	<p>c) a divulgação de informações sobre a sistemática de elaboração e de aprovação, tramitação interna, plano de trabalho, valores, acompanhamento de metas e</p>	Implementada	Operacional	Operacional	Informações divulgadas.

	avaliação e resultados, dados relativos à seleção para concessão de bolsas, remunerações pagas e seus beneficiários.				
2019/04	recomendamos que seja exigida a completa e tempestiva apresentação da prestação de contas das ações de extensão que utilizem recursos próprios ou de terceiros, bem como daquelas em que haja o pagamento de bolsas, observando os seguintes critérios: a) Apresentar e publicar cópias de fotos/ vídeos/ imagens/ jornais que comprovem a execução do item/ação de extensão;	Implementada	Operacional	Operacional	Alteração de normativos e procedimentos
2019/04	c) publicização das informações institucionais e organizacionais que explicitem as regras e condições sobre o seu relacionamento com a instituição patrocinadora, como, por exemplo, a minuta do contrato ou termo de parceria entre o Ifes e a instituição patrocinadora.	Implementada	Operacional	Operacional	Disponibilização do solicitado em recomendação.
2019/04	d) possibilite a gravação de relatórios a partir da lista ou relação, em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;	Implementada	Operacional	Operacional	Disponibilização de conteúdo.
2019/04	e) as informações sejam atualizadas de forma tempestiva no site da PROEX, contendo as metas propostas e indicadores de	Implementada	Operacional	Operacional	Estabelecimento de sistemática de atualização

	<p>resultado e impacto que permitam avaliar a gestão do conjunto de ações, os relatórios parciais e finais de avaliações de desempenho, demonstrando os ganhos de eficiência obtidos na gestão das ações realizadas e os relatórios de acompanhamento das ações realizadas nos campi.</p>				
2019/04	<p>recomendamos dar ampla publicidade</p> <p>no site do Ifes das informações referentes às ações de extensão, aos agentes que participam de tais ações (coordenadores, bolsistas e demais profissionais) e referentes à prestação de contas, observando os seguintes parâmetros:</p> <p>a) disponibilização, na forma de lista ou planilha, de relação que contemple todas ações/agentes, da reitoria e de todos os campi, atendendo aos princípios da completude, da interoperabilidade e da granularidade, tais como: identificação do agente (nome, CPF, matrícula, tipo de vínculo), especificação por ação (Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviço ou Produto, reitoria/campi, forma de seleção realizada, ato que autorizou a participação, carga horária semanal na ação), detalhamento de pagamentos recebidos (mês de competência referente ao pagamento, valores pagos, natureza do pagamento);</p> <p>b) haja a possibilidade de filtrar, inclusive mediante pesquisa</p>	Parcialmente Implementada	Estratégica	Tático/Operacional	"Existe um projeto em desenvolvimento que, em seu formato final, pretende ser uma plataforma para organização de todas as informações referentes a parcerias do Ifes. No seu primeiro formato, será uma página que conterá o que solicita o relatório da consultoria, bem como outras informações que orientem a formalização de novas parcerias" Aguardar a finalização do projeto.

<p>textual, de ordenar e de totalizar a relação das ações/agentes por diversos parâmetros como, por exemplo, por instituição patrocinadora, por ação (Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviço e Produto), por situação (vigência), por finalidade, por origem do recurso, por valor do recurso, por valor de bolsa, por unidade reitoria/campi, por agente (gestor, coordenador, pesquisador, extensionista, colaborador externo, estudante, intercambista, bolsista, etc), por período;</p> <p>c) possibilite a gravação de relatórios a partir da lista ou relação, em diversos formatos eletrônicos,</p> <p>inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;</p> <p>8</p> <p>d) as informações sejam atualizadas de forma tempestiva no site da PROEX, contendo as metas</p> <p>propostas e indicadores de resultado e impacto que permitam avaliar a gestão do conjunto de ações,</p> <p>os relatórios parciais e finais de avaliações de desempenho, demonstrando os ganhos de eficiência</p> <p>obtidos na gestão das ações realizadas e os relatórios de</p>				
--	--	--	--	--

	acompanhamento das ações realizadas nos campi.				
2020/02	Estimular a governança das contratações nos Campi.	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	Estimular a governança no procedimento licitatório no Instituto Federal do Espírito Santo, reduzindo riscos na contratação de produtos e serviços.
2020/02	Recomendamos que todos os campi publiquem em seus sites institucionais o Plano Anual de Contratação (PAC), previsto no §2º do art. 9º e no §3º do art. 11 da IN n° 1 de 2019, e que a Proad determine o local a ser publicado nos sites dos campi para que haja padronização e facilidade de acesso.	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	Aumento da Transparência Ativa Institucional.
2020/02	Recomendamos que sejam publicados e se mantenham atualizados no site do Ifes não só os processos de Pregão Eletrônico, mas também os processos de contratação por meio de dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação, a fim de atender ao princípio da publicidade e da transparência, além do estabelecido no Inciso IV, § 1º, art. 8º da Lei 12.527/2011.	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	A recomendação foi considerada atendida tendo em vista as evidências encontradas. Além disso, foi encaminhado e-mail (30/06/2021) para os Diretores Gerais recomendando a publicação dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, sugerindo como boa prática a ferramenta utilizada pela Reitoria fortalecendo assim a transparência ativa institucional.
2020/03	Recomendamos urgência na publicação de dados do Ifes no Portal Brasileiro de Dados Abertos,	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	https://www.ifes.edu.br/plano-de-dados-abertos

	<p>tendo em vista o longo prazo já decorrido desde a publicação do Decreto nº 8.777 em 2016. E tendo em vista o não cumprimento do cronograma já apresentado no PDA, recomendamos também que esses prazos sejam rigorosamente cumpridos e em caso de não cumprimento, que seja devidamente justificado através de boletim informativo no espaço destinado à publicação do PDA no site.</p>				
2020/03	<p>Recomendamos que para as futuras definições dos dados a serem publicados sejam adotados mecanismos de participação social, tais como audiência pública, consulta pública na internet, dados mais solicitados em transparência passiva do Ifes etc., a fim de comprovar o grau de relevância dos mesmos para a sociedade, conforme determina o art. 1º, inciso VIII e §1º da Resolução nº 03/2017.</p>	Parcialmente Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	<p>Não foi verificado no dia 30/11/2021 as atualizações/criação de conteúdo relacionado à recomendação; https://www.ifes.edu.br/plano-de-dados-abertos</p>
2020/03	<p>Recomendamos que os cronogramas contenham além da data de abertura das bases de dados, as datas de sua atualização e sua melhoria, bem como a especificação clara sobre os papéis e responsabilidades dos setores relacionados com a publicação, a atualização, a evolução e a manutenção das bases de dados, os quais devem ser disponibilizados de forma padronizada, conforme disposto no art. 3º, VI e art.5º, § 2º, incisos III e IV, do Decreto nº</p>	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	<p>Com a criação do Plano de Dados Abertos, foi definido cronograma e os agentes responsáveis para a execução do Plano do Ação.</p>

	8.777/2016.				
2020/03	Recomendamos que seja inserido no PDA do Ifes a cláusula de que o Instituto possui o prazo de 20 dias para que sejam atendidas as solicitações de abertura da base de dados, de acordo com o art. 6º do Decreto nº 8.777/2016.	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	
2020/03	Recomendamos que na lista de priorização dos dados contenha, além da informação da unidade responsável, todos os itens dispostos no art. 4º, VI, alíneas a e b, da Resolução nº 03/2017.	Parcialmente Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos		Não foi verificado no dia 30/11/2021 as atualizações/criação de conteúdo relacionado à recomendação; https://www.ifes.edu.br/plano-de-dados-abertos
2020/03	Recomendamos que o PDA e os Relatórios Anuais sejam publicados em transparência ativa, na seção "Acesso à Informação" nos sites do Ifes e dos campi, conforme dispõe o art. 6º e o art. 14, parágrafo único, da Resolução nº 03/2017, para padronização de toda a Rede Federal e maior visibilidade, o que não impede de também estar publicado em outros locais do site.	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	
2020/03	Recomendamos que a redação do último parágrafo do PDA seja alterada de forma que a responsabilidade pelo monitoramento das ações de atualização seja do Representante da LAI e não do setor de Ouvidoria, conforme preceitua o art. 5º, § 4º, do Decreto nº 8.777/2016.	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	
2020/03	Recomendamos que seja retirado o nome do servidor responsável por assegurar a publicação e a	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	

	<p>atualização do PDA da portaria que designa a Comissão de elaboração do Plano (Portaria do Reitor nº 2226/2019), vez que, conforme dito no tópico 3.2 do presente trabalho, essa designação fere o princípio da segregação de funções e pode comprometer suas atividades de Controle Administrativo Interno. Cumpre ressaltar que, apesar do Plano inicial já ter sido elaborado, a Comissão ainda terá atividades de implementação, atualização e melhoria do plano, e entendemos que ainda está em tempo de efetivar essa segregação de função referente à Autoridade de Monitoramento para não comprometer suas atividades de controle, seus relatórios anuais sobre o PDA etc.</p>				
2021/02	<p>Em relação à Facto:</p> <p>Recomendamos a divulgação no site de todos os projetos realizados em apoio ao Ifes, de forma a permitir o acompanhamento concomitante da execução físico-financeira de cada um; (item 9.4.3 do Acórdão nº 1178/2018 TCU-Plenário)</p>	Parcialmente Implementada			<p>Em relação à execução físico-financeira, foi verificado no portal da transparência da Facto informações a respeito de recursos por rubrica, pagamento de pessoa jurídica, pagamento de pessoa física, pagamento de servidores/agentes públicos e pagamentos por rubricas. Contudo, não há informações sobre o acompanhamento físico-financeiro do projeto.</p>
2021/02	<p>Recomendamos a publicação de metas propostas e indicadores de resultado e de impacto que permitam avaliar a gestão do conjunto de projetos, e não de cada um individualmente; (item 9.4.10 do Acórdão nº 1178/2018</p>	Parcialmente Implementada			<p>Verificamos no Relatório de Gestão 2020 (uma vez que o 2021 ainda não está disponível) que contém um tópico denominado "AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO". Este item traz a metodologia e os resultados em</p>

	TCU-Plenário).				relação a atuação da FACTO junto aos coordenadores dos projetos (p.27), mas não traz as informações dos resultados, dos impactos e nem dos indicadores que permitam avaliar a gestão do conjunto de projetos, tal como determina o acórdão.
2021/02	Recomendamos a divulgação dos relatórios de gestão anuais, pois conforme observa-se no site da Facto (imagem 10), o Relatório de Gestão do ano de 2020 ainda não foi publicado; (item 9.4.11 do Acórdão nº 1178/2018 TCU-Plenário)	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	Embora o Relatório de Gestão 2020 esteja com a data do dia 31/03/2021, e a verificação na ocasião do relatório, na qual verificamos que o mesmo ainda não tinha sido publicado, foi após essa data, verificamos hoje (20/12/2021) que o mesmo está publicado, conforme link.
2021/02	Recomendamos a publicação na íntegra das demonstrações contábeis referentes ao ano de 2020; (item 9.4.13 do Acórdão nº 1178/2018 TCU-Plenário)	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	Constam as demonstrações contábeis dentro do relatório de gestão.
2021/02	Recomendamos a publicação dos relatórios de fiscalizações, auditorias, inspeções e avaliações de desempenho a que a Facto tenha se submetido e das avaliações de desempenho a que se submeta; (item 9.4.15 do Acórdão nº 1178/2018 TCU-Plenário)	Implementada	Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Tático/Operacional	No site da Facto, dentro da aba "Sobre" constam certidões e o atestado de regularidade técnica. No Relatório de Gestão constam as avaliações de desempenho, parecer da auditoria independente e atestado de regularidade pelo Ministério Público.

6. Conclusões Finais

O planejamento e a gestão de riscos realizados pela equipe de auditoria elegeram ações capazes de avaliar o nível dos controles internos e gestão de riscos da Instituição, das quais resultam recomendações para o seu aperfeiçoamento. Porém, é nítido o avanço em áreas estratégicas e operacionais da instituição, o que fez aumentar seu ranking no IGOV/IGG. A promoção da transparência ativa e passiva existe e está se adaptando aos moldes legais. A governança tem se fortalecido, como resultado do trabalho de resoluções de denúncias, que apontou possíveis pontos críticos tanto na área meio como na finalística também. A auditoria foi capaz de solucionar mais de 50 denúncias no ano.

O monitoramento de cada ação de auditoria fica é feita de 6 em 6 meses, onde são atualizadas as demandas referentes às recomendações e/ou determinações advindas dos órgãos de controle (TCU e CGU), além do acompanhamento das próprias ações internas realizadas.

Abdo Dias da Silva Neto
Chefe da Auditoria Interna do Ifes